

SUMÁRIO



PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

CAPÍTULO 1 – A IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	35
CAPÍTULO 2 – CONCEITO DE RECURSO	39
CAPÍTULO 3 – A IMPORTÂNCIA CONSTITUCIONAL DOS RECURSOS	45
CAPÍTULO 4 – CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	53
4.1. Recursos ordinários e extraordinários	54
4.2. Recursos de fundamentação livre e fundamentação vinculada	56
CAPÍTULO 5 – PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS SUJEITOS A RECURSO	59
5.1. Sentença	61
5.2. Decisão interlocutória	65
5.3. Despachos	67
5.4. Distinção entre sentença e decisão interlocutória	69
5.5. Distinção entre decisão interlocutória e despachos	70
5.6. Pronunciamentos proferidos nos tribunais	72
CAPÍTULO 6 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS	75
6.1. Juízo de admissibilidade	76
6.1.1. Conteúdo	76
6.1.2. Competência	80
6.1.3. Natureza da decisão	84

6.2.	Juízo de mérito	90
6.2.1.	Conteúdo	90
6.2.2.	Competência	93
6.2.3.	Substituição da decisão recorrida pelo julgamento do recurso (art. 1.008 do CPC/2015).....	94
6.3.	Os juízos de admissibilidade e de mérito nos recursos de fundamentação vinculada	95

CAPÍTULO 7 – O JULGAMENTO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS 101

7.1.	Considerações iniciais	101
7.2.	Registro no protocolo, distribuição do recurso e conclusão ao relator	103
7.2.1.	Prevenção do relator	105
7.3.	Atribuições do relator: apontamentos iniciais	106
7.3.1.	Julgamento do recurso pelo relator	107
7.3.2.	Outras atribuições do relator, no âmbito dos recursos	110
7.4.	Constatação de fato superveniente ou de questão apreciável de ofício não debatida pelas partes	112
7.5.	A produção de prova no tribunal	112
7.6.	O julgamento colegiado	114
7.6.1.	Formação e publicação da pauta e ordem de julgamento dos feitos	114
7.6.2.	Requerimento de sustentação oral	115
7.6.3.	Regras procedimentais básicas da sessão de julgamento	116
7.6.4.	A ordem de deliberação das questões pelo órgão colegiado	116
7.6.5.	A técnica do julgamento ampliado ou estendido (art. 942 do CPC)	118
7.6.6.	Pedido de vista	127
7.6.7.	Proclamação do julgamento colegiado e lavratura do acórdão	128
7.6.7.1.	Divergência e dispersão de votos	129

CAPÍTULO 8 – AS CONDIÇÕES DA AÇÃO E OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS EM SEDE RECURSAL 133

CAPÍTULO 9 – REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE 137

9.1.	Classificação	138
9.2.	Requisitos intrínsecos	139
9.2.1.	Cabimento	139
9.2.2.	Legitimidade para recorrer	141

9.2.2.1.	O conceito de parte recursal	143
9.2.2.1.1.	<i>Amicus curiae</i>	147
9.2.2.2.	O terceiro prejudicado	149
9.2.2.3.	O Ministério Público	154
9.2.2.4.	Auxiliares da justiça	156
9.2.2.5.	O advogado	158
9.2.3.	Interesse em recorrer	164
9.2.3.1.	O critério da sucumbência formal	165
9.2.3.2.	O critério da sucumbência material	167
9.2.3.3.	A impossibilidade de recorrer dos fundamentos da decisão	169
9.2.3.4.	Ausência de impugnação a fundamento suficiente	175
9.2.3.5.	A questão prejudicial decidida como fundamento da sentença (art. 503, § 1º CPC/2015).....	176
9.2.3.6.	A incompatibilidade lógica como fator excludente do interesse em recorrer	178
9.2.4.	A inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	181
9.2.4.1.	Renúncia	183
9.2.4.2.	Aquiescência	186
9.2.4.3.	Desistência	188
9.3.	Requisitos extrínsecos	191
9.3.1.	Tempestividade	191
9.3.1.1.	A fluência do prazo recursal	192
9.3.1.1.1.	O recurso interposto pelo correio	199
9.3.1.1.2.	Comprovação de feriado local	199
9.3.1.1.3.	O recurso interposto antes da intimação	201
9.3.1.2.	A interrupção do prazo recursal	204
9.3.1.3.	A suspensão do prazo recursal	208
9.3.1.4.	A justa causa (justo impedimento) como motivo para a interposição do recurso após esgotado o prazo	211
9.3.1.5.	A irrelevância da vontade das partes para suspender ou interromper o prazo recursal	215
9.3.1.6.	O prazo em dobro para recorrer	216
9.3.2.	Regularidade formal	220
9.3.2.1.	A interposição dos recursos	224
9.3.2.2.	A motivação como traço fundamental dos recursos	228

9.3.3.	Preparo	233
9.3.3.1.	O momento de seu recolhimento e a ausência de pagamento	234
9.3.3.2.	O valor a ser recolhido e a possibilidade de complementação (art. 1.007 §§ 2º e 4º do CPC/2015)	237
9.3.3.3.	O equívoco no preenchimento da guia do preparo (art. 1.007 § 7º do CPC/2015)	239
9.3.3.4.	A justa causa e a relevação da pena de deserção	240
9.4.	A sanabilidade dos vícios atinentes aos requisitos de admissibilidade	242
9.4.1.	O sistema do CPC/1973 e os casos específicos de sanabilidade	243
9.4.2.	A jurisprudência defensiva (restrições ilegítimas)	251
9.4.3.	A cláusula geral de sanabilidade e os seus limites (art. 932, parágrafo único) no CPC/2015	255
9.4.4.	A sanabilidade e os recursos extraordinário e especial (art. 1.029, § 3º)	266

CAPÍTULO 10 – PRINCÍPIOS 271

10.1.	Noções gerais	272
10.2.	Os princípios recursais	273
10.2.1.	Princípio da voluntariedade	277
10.2.2.	Princípio da dialeticidade	278
10.2.3.	Princípio da singularidade	278
10.3.	Princípio do duplo grau de jurisdição	282
10.4.	Princípio da taxatividade	287
10.4.1.	Outros meios de reformar ou anular as decisões judiciais (sucedâneos recursais e figuras afins)	288
10.4.1.1.	Mandado de segurança contra ato judicial	294
10.4.1.1.1.	Decisão irrecorrível (o atual CPC)	299
10.4.1.1.2.	Decisão ilegal (teratológica?) e que fra direito líquido e certo	303
10.4.1.1.3.	Decisão que não esteja coberta pela coisa julgada	306
10.4.1.1.4.	Objeto do <i>mandamus</i>	307
10.4.1.1.5.	Decisão capaz de produzir danos irreparáveis ou de difícil reparação	309
10.4.1.1.6.	Prazo para a impetração	311
10.4.1.1.7.	Mandado de segurança contra ato judicial nos Juizados Especiais	313

10.4.1.1.8.	Mandado de segurança contra ato judicial im- trado por terceiro prejudicado (Súmula 202 do Superior Tribunal de Justiça)	316
10.5.	Princípio dispositivo	320
10.5.1.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	321
10.5.2.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> e a remessa necessária (art. 496, do CPC/2015).....	323
10.6.	Princípio inquisitório	324
10.6.1.	A possibilidade da <i>reformatio in pejus</i> e o princípio inquisitório	326
10.7.	Princípio da fungibilidade	328
10.7.1.	O sistema recursal do Código de Processo Civil de 1939.....	328
10.7.2.	O sistema atual e o CPC/197.....	330
10.7.3.	A inexistência de erro grosseiro ou ocorrência de dúvida objetiva como requisitos para a incidência do princípio	332
10.7.4.	Aplicação em concreto da fungibilidade e o CPC/201.....	333
10.7.5.	O prazo para a interposição do recurso e o princípio da fungibilida- de	339
10.7.6.	O procedimento do recurso quando aplicada a fungibilidade recur- sal	343
CAPÍTULO 11 – EFEITOS DOS RECURSOS		345
11.1.	Noções preliminares	345
11.2.	Uma consideração à visão clássica dos efeitos recursais e a decisão judicial sujeita a recursos (os efeitos devolutivo, suspensivo e obstativo)	347
11.3.	Outros possíveis “efeitos” dos recursos (translativo, expansivo, substitutivo, regressivo e diferido)	350
11.3.1.	Especificamente o “efeito” translativo	352
11.4.	Os efeitos e o sistema recursal	354
11.5.	Efeito devolutivo	355
11.5.1.	A extensão e a profundidade do efeito devolutivo	358
11.5.1.1.	A extensão do efeito devolutivo	359
11.5.1.1.1.	A impugnação parcial e a formação gradual da coisa julgada	360
11.5.1.2.	A profundidade do efeito devolutivo	370
11.5.2.	Correção de vícios sanáveis	375
11.5.3.	A extensão subjetiva do efeito devolutivo (art. 1.005 do CPC/2015.....	381
11.5.4.	Os fatos novos na seara recursal	384

11.6.	Efeito suspensivo	386
11.6.1.	O critério <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo	387
11.6.1.1.	A concessão <i>ex officio</i> do efeito suspensivo	390
11.6.2.	Os recursos em espécie	392
11.6.3.	A correlação entre o efeito suspensivo e o efeito devolutivo	392
11.6.3.1.	A impugnação parcial e a eficácia da decisão recorrida	394
11.6.4.	A natureza e características da tutela	395
11.6.4.1.	O meio processual previsto no CPC/2011	399
CAPÍTULO 12 – RECURSO ADESIVO		405
12.1.	Noções preliminares	405
12.1.1.	Do instituto no direito comparado	407
12.2.	Natureza jurídica	408
12.3.	A importância do recurso adesivo para o sistema	410
12.4.	Subordinação ao recurso principal	412
12.5.	Objeto do recurso adesivo	413
12.6.	Requisitos de admissibilidade do recurso adesivo	415
12.6.1.	Cabimento	418
12.6.2.	Legitimidade para recorrer	419
12.6.3.	Interesse em recorrer	424
12.6.4.	Tempestividade	427
12.6.5.	Regularidade formal	429
12.6.6.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer ..	430
12.6.7.	Preparo	431
12.6.8.	Impossibilidade do recurso adesivo quando já interposto o recurso principal	433

PARTE II

RECURSOS ORDINÁRIOS

CAPÍTULO 13 – APELAÇÃO		439
13.1.	Generalidades	440
13.2.	Requisitos de admissibilidade	442
13.2.1.	Cabimento	442
13.2.1.1.	Apelação contra sentença	442

13.2.1.1.1.	Exceções: sentenças contra as quais não é cabível recurso de apelação	444
13.2.1.1.1.1.	Sentença proferida nos Juizados Especiais Cíveis	444
13.2.1.1.1.2.	Sentença que decreta a falência	446
13.2.1.1.1.3.	Sentença proferida em causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País	447
13.2.1.1.1.4.	Sentença proferida em execuções fiscais de valor igual ou inferior a cinquenta ORTN	448
13.2.1.2.	Apelação contra decisão interlocutória	449
13.2.1.2.1.	Preclusão das decisões interlocutórias não agraváveis	450
13.2.1.2.2.	Natureza jurídica	453
13.2.1.2.2.1.	Necessidade de preenchimento dos requisitos de admissibilidade recursal	456
13.2.1.2.3.	Impugnação de decisões interlocutórias em razões de apelação	459
13.2.1.2.3.1.	Decisões interlocutórias que mantêm relação lógica com a sentença	460
13.2.1.2.3.2.	Decisões interlocutórias quanto às quais há interesse recursal autônomo	461
13.2.1.2.3.3.	Ordem de julgamento da impugnação das decisões interlocutórias em apelação em relação à impugnação da sentença	463
13.2.1.2.4.	Impugnação de decisões interlocutórias em contrarrazões de apelação	466
13.2.1.2.4.1.	Decisões interlocutórias que mantêm relação lógica com a sentença	467
13.2.1.2.4.2.	Decisões interlocutórias quanto às quais há interesse recursal autônomo	469
13.2.1.2.4.3.	Relações entre a impugnação de decisões interlocutórias em contrarrazões e o recurso adesivo	470
13.2.1.2.4.4.	Ordem de julgamento da impugnação das decisões interlocutórias em contrarrazões de apelação em relação à impugnação da sentença	472
13.2.2.	Regularidade formal	473
13.3.	Efeitos	476

13.3.1.	Efeito devolutivo	476
13.3.1.1.	Extensão e profundidade: regra geral	476
13.3.1.2.	Questão prejudicial incidental apta à coisa julgada	477
13.3.1.3.	O julgamento imediato do mérito no tribunal (“teoria da causa madura”)	479
13.3.1.3.1.	Sentença terminativa (inc. I)	488
13.3.1.3.2.	Violação à regra da congruência (incs. II e III)	489
13.3.1.3.3.	Nulidade da sentença por falta de fundamentação (inc. IV)	491
13.3.1.4.	Alegação de novas questões de fato em apelação	491
13.3.1.4.1.	Vedação da alteração do objeto do processo (alteração de pedidos ou causas de pedir)	492
13.3.2.	Efeito suspensivo	494
13.3.2.1.	Regra geral: efeito suspensivo automático	495
13.3.2.2.	Hipóteses excepcionais: ausência de efeito suspensivo	496
13.3.2.2.1.	Homologação de divisão ou demarcação de terras	496
13.3.2.2.2.	Condenação a pagar alimentos	496
13.3.2.2.3.	Extinção sem resolução do mérito ou improcedência dos embargos do executado	498
13.3.2.2.4.	Procedência do pedido de instituição de arbitragem	500
13.3.2.2.5.	Confirmação, concessão ou revogação da tutela provisória	501
13.3.2.2.6.	Decretação da curatela provisória (“interdição”) ..	503
13.3.2.2.7.	Outras hipóteses previstas em lei	504
13.3.2.3.	Concessão de efeito suspensivo pelo relator	508
13.3.2.3.1.	Possibilidade de concessão de antecipação da tutela recursal (“efeito ativo”) pelo relator da apelação	509
13.4.	Procedimento	510
13.4.1.	Procedimento perante o juízo de primeiro grau	510
13.4.1.1.	Incompetência do juízo de primeiro grau para a realização do juízo de admissibilidade	510
13.4.1.2.	Hipóteses excepcionais de juízo de retratação	511
13.4.2.	Procedimento perante o tribunal	512
CAPÍTULO 14 – AGRAVO DE INSTRUMENTO		513

14.1.	Generalidades	514
14.1.1.	Breve histórico da recorribilidade das decisões interlocutórias no direito processual civil brasileiro	514
14.1.1.1.	Do direito português ao CPC de 1939.....	514
14.1.1.2.	O CPC de 1973	516
14.1.1.3.	O CPC de 2015	522
14.2.	Requisitos de admissibilidade	526
14.2.1.	Cabimento	526
14.2.1.1.	Taxatividade das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento na fase de conhecimento	526
14.2.1.1.1.	A proposta doutrinária de interpretação extensiva das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento	528
14.2.1.1.2.	A interpretação dada pelo Superior Tribunal de Justiça ao art. 1.015 do Código de Processo Civil (“taxatividade mitigada”)	529
14.2.1.1.3.	A taxatividade mitigada e seu reflexo quanto à preclusão das decisões interlocutórias	537
14.2.1.2.	Hipóteses típicas de cabimento	540
14.2.1.2.1.	Tutela provisória (art. 1.015, I)	540
14.2.1.2.1.1.	Decisão que posterga a análise da tutela provisória	541
14.2.1.2.1.2.	Decisões relativas à efetivação da tutela provisória	542
14.2.1.2.2.	Decisão de mérito (art. 1.015, II)	543
14.2.1.2.3.	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem (art. 1.015, III)	547
14.2.1.2.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 1.015, IV)	547
14.2.1.2.5.	Rejeição do pedido de gratuidade de justiça ou revogação do benefício (art. 1.015, V)	549
14.2.1.2.6.	Exibição ou posse de documento ou coisa (art. 1.015, VI)	549
14.2.1.2.7.	Exclusão de litisconsorte (art. 1.015, VII)	550
14.2.1.2.8.	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio (art. 1.015, VIII)	552
14.2.1.2.9.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros (art. 1.015, IX)	552
14.2.1.2.9.1.	Irrecorribilidade da decisão relativa à admissão do <i>amicus curiae</i>	553

14.2.1.2.10.	Efeito suspensivo em embargos à execução (art. 1.015, X)	554
14.2.1.2.11.	Redistribuição do ônus da prova (art. 1.015, XI)	555
14.2.1.2.12.	Outras hipóteses previstas em lei (art. 1.015, XIII)	556
14.2.1.3.	Atipicidade das hipóteses de cabimento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário e partilha	557
14.2.2.	Regularidade formal	559
14.2.2.1.	A petição do agravo de instrumento	559
14.2.2.2.	Processo em autos físicos	560
14.2.2.2.1.	Formação do instrumento	560
14.2.2.2.2.	Protocolo	561
14.2.2.2.3.	Comprovação da interposição em primeiro grau	561
14.3.	Efeitos	562
14.3.1.	Efeito devolutivo	562
14.3.1.1.	Extensão e profundidade: regra geral	562
14.3.1.2.	Aplicação do art. 1.013, § 3º (“teoria da causa madura”) no julgamento do agravo de instrumento	563
14.3.1.3.	Extinção do processo no julgamento do agravo de instrumento (“efeito translativo”)	564
14.3.2.	Efeito suspensivo e antecipação da tutela recursal (“efeito ativo”)	565
14.4.	Procedimento	566
14.5.	Retratação pelo juízo de primeiro grau	566
CAPÍTULO 15 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO		567
15.1.	Generalidades	567
15.2.	Requisitos de admissibilidade	572
15.2.1.	Cabimento	572
15.2.1.1.	Obscuridade	576
15.2.1.2.	Contradição	577
15.2.1.3.	Omissão	578
15.2.1.3.1.	Omissão consistente na falta de manifestação sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento (inc. I do parágrafo único do art. 1.022.	579

15.2.1.3.2.	Omissão na decisão que incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º	581
15.2.1.4.	Erro material	582
15.2.2.	Tempestividade	584
15.2.3.	Dispensa de preparo	584
15.2.4.	Regularidade formal	584
15.3.	Efeitos	584
15.3.1.	Efeito devolutivo	584
15.3.1.1.	Os chamados “efeitos infringentes ou modificativos” dos embargos de declaração	586
15.3.2.	Efeito suspensivo	588
15.3.2.1.	A concessão de efeito suspensivo pelo juiz ou relator	592
15.3.3.	Interrupção do prazo para a interposição de outros recursos	593
15.3.3.1.	Hipóteses em que não há a interrupção do prazo para a interposição de outros recursos	596
15.4.	Procedimento	609
15.4.1.	Competência	609
15.4.2.	Contrarrazões	609
15.4.3.	Apresentação em mesa na sessão subsequente ou necessidade de inclusão em pauta nos tribunais e possibilidade de sustentação oral	610
15.5.	Aplicação da técnica de ampliação do colegiado	610
15.6.	Conversão em agravo interno	611
15.7.	Possibilidade de complementação e desnecessidade de ratificação do recurso já interposto	612
15.8.	Embargos de declaração e prequestionamento	616
15.9.	Embargos de declaração manifestamente protelatórios	617
CAPÍTULO 16 – AGRAVO INTERNO		623
16.1.	Generalidades	623
16.1.1.	O agravo regimental e o CPC/1975.....	625
16.1.2.	O agravo regimental, o agravo interno e o CPC/15.....	626
16.1.3.	A natureza recursal do agravo interno	628
16.2.	Requisitos de admissibilidade	631
16.2.1.	Cabimento	631
16.2.1.1.	Decisões do relator (monocráticas ou unipessoais)	631
16.2.1.2.	Decisões do relator irrecorríveis	633

16.2.1.3.	Decisões proferidas pelo presidente ou pelo vice-presidente do tribunal no processamento de recurso extraordinário ou de recurso especial	635
16.2.2.	Preparo	636
16.2.3.	Regularidade formal	637
16.3.	Efeitos	639
16.3.1.	Efeito devolutivo	639
16.3.2.	Efeito suspensivo	640
16.4.	Procedimento	641
16.4.1.	Sustentação oral	642
16.4.2.	Aplicação da técnica de ampliação do colegiado	644
16.5.	Agravo interno manifestamente inadmissível ou manifestamente improcedente	645
CAPÍTULO 17 – RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL		651
171.	Generalidades	651
172.	Recurso ordinário de competência do STJ	653
172.1.	Mandado de segurança de competência originária de tribunal do Estado ou do Distrito Federal e Territórios e de Tribunal Regional Federal, quando denegatório o acórdão	653
172.2.	Processos em que são partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País	658
173.	Recurso ordinário de competência do STF	661
174.	Regularidade formal	662
175.	Efeitos	663
175.1.	Efeito devolutivo	663
175.1.1.	Aplicação do art. 1.013, § 3.º (“teoria da causa madura”) no julgamento do recurso ordinário	664
175.2.	Efeito suspensivo	667
175.2.1.	O requerimento de efeito suspensivo ao recurso ordinário no CPC de 2015	669
176.	Procedimento	671

PARTE III
RECURSOS EXCEPCIONAIS

CAPÍTULO 18 – RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO	677
18.1. A raiz histórica do recurso extraordinário	678
18.2. O surgimento do Recurso Especial	681
18.3. Classificação do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial	684
18.4. A função dos Recursos Excepcionais	685
18.5. Juízo de Admissibilidade	689
18.5.1. Requisitos específicos	689
18.5.1.1. Impossibilidade de reexame de fatos e provas	690
18.5.1.2. Reexame de cláusulas contratuais	692
18.5.1.3. O prévio esgotamento da instância ordinária	693
18.5.1.4. Prequestionamento	695
18.5.1.4.1. Prequestionamento e Embargos de Declaração ...	696
18.5.1.4.2. Prequestionamento e o voto vencido	703
18.5.2. Requisitos genéricos	704
18.5.2.1. Cabimento	704
18.5.2.1.1. A distinção entre admissibilidade e mérito	704
18.5.2.1.2. A fungibilidade entre Recurso Especial e Extraor- dinário (arts. 1.032 e 1.033 do CPC/2015).....	707
18.5.2.2. Legitimidade para recorrer e o terceiro prejudicado	711
18.5.2.3. Desistência do recurso	712
18.5.2.4. Tempestividade e a comprovação do feriado local (art. 1003, § 6º, do CPC)	713
18.5.2.5. Regularidade formal	715
18.5.2.5.1. Fundamento suficiente não impugnado (Súmula 283, STF)	716
18.5.2.5.2. Fundamento constitucional e infraconstitucional (Súmula 126, STJ)	716
18.5.2.6. A correção dos vícios de admissibilidade (art. 1.029, § 3.º) ...	718
18.6. Os recursos excepcionais como recurso de revisão	721
18.6.1. O juízo de mérito bipartido ou bifásico	723
18.6.2. A profundidade do efeito devolutivo	725
18.6.2.1. Efeito suspensivo	726
18.6.3. O julgamento da causa (art. 1.034, CPC)	727

18.6.4.	A admissibilidade do recurso não é suficiente para o julgamento de revisão	727
18.6.5.	A apreciação de fundamentos (causas de pedir) (parágrafo único do art. 1.034, CPC)	730
18.6.6.	Limitação da cognição ao capítulo impugnado	734
18.6.7.	A cumulação de fundamentos ou de pedidos de natureza subsidiária	735
18.6.8.	O prequestionamento e o juízo de revisão	737
18.6.9.	O juízo de revisão e as questões (inclusive de ordem pública)	738
18.6.10.	A causa madura (art. 1013, § 3.º)	740
18.7.	Hipóteses de cabimento do Recurso Especial	742
18.7.1.	Contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (alínea “a”)	743
18.7.2.	Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea “b”, art. 105, III)	745
18.7.3.	Der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (alínea “c”, art. 105, III)	746
18.7.3.1.	Divergência atual	747
18.7.3.2.	Decisão paradigma proferida por outro tribunal	748
18.7.3.3.	A divergência não constitui hipótese autônoma de cabimento	749
18.7.3.4.	Demonstração e comprovação da divergência	751
18.7.4.	A relevância da questão de direito federal como requisito de admissibilidade do recurso especial	753
18.8.	Hipóteses de cabimento do Recurso Extraordinário	757
18.8.1.	Decisão que contrariar dispositivo da Constituição (art. 102, III, “a”)	758
18.8.1.1.	A ofensa direta à Constituição	758
18.8.2.	Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (art. 102, III, “b”)	761
18.8.3.	Decisão que julga válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição (art. 102, III, “c”)	762
18.8.4.	Decisão que julgar válida lei local contestada em face de lei federal” (art. 102, III, “d”)	763
18.9.	Repercussão geral	763
18.9.1.	Origem e conceito	763
18.9.2.	De requisito de admissibilidade a filtro plurindividual	766
18.9.3.	Caracterização da repercussão geral	768
18.9.4.	O Plenário Virtual do STF e o procedimento para sua aferição	770
18.9.5.	Intervenção do <i>amicus curiae</i>	772

18.9.6.	Suspensão dos processos em curso	773
18.10.	O regime dos recursos extraordinário e especial repetitivos	773
18.10.1.	Multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito	775
18.10.2.	Procedimento nos tribunais de origem. A escolha dos recursos e a suspensão dos processos sob aquela jurisdição	776
18.10.2.1.	A inadmissão do recurso sobrestado pelo presidente ou vice-presidente do tribunal local	778
18.10.2.2.	Cabimento de agravo interno (art. 1.021) contra a decisão que indefere o requerimento de inadmissão do recurso sobrestado	778
18.10.3.	Compete também ao relator no tribunal superior selecionar recursos representativos da controvérsia	779
18.10.4.	O critério de escolha dos recursos representativos da controvérsia	780
18.10.5.	A importância da decisão de afetação e suas consequências	781
18.10.5.1.	A decisão sobre outra questão diversa daquela objeto da afetação	783
18.10.6.	A técnica da distinção	784
18.10.7.	Procedimento e julgamento do recurso	786
18.10.8.	A aplicação da tese firmada aos demais recursos no próprio tribunal superior	788
18.10.9.	A aplicação da tese firmada aos recursos e processos sobrestados nos tribunais de origem e em primeiro grau	790
18.10.10.	O juízo de retratação e a existência de novas questões não decididas	792

CAPÍTULO 19 – O PROCEDIMENTO DO RE E RESP E A IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM (LOCAL) 795

19.1.	Procedimento perante o Tribunal de origem (local)	795
19.1.1.	Interposição simultânea do recurso extraordinário e do recurso especial	796
19.1.2.	O juízo de admissibilidade exercido pelo Presidente ou Vice-Presidente do tribunal de origem (local)	797
19.1.2.1.	O agravo em recurso especial ou em recurso extraordinário (art. 1.042).....	800
19.1.2.2.	A impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada	801
19.1.2.3.	O agravo contra a decisão de admissão parcial do recurso especial ou do recurso extraordinário	805

19.1.2.4.	O agravo contra a decisão de admissibilidade na interposição simultânea do recurso especial e do recurso extraordinário	806
19.1.2.5.	Decisão de admissão com dupla fundamentação (relacionada à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral e ao exame da admissibilidade do recurso excepcional) e a interposição conjunta de agravo interno e do agravo em recurso especial ou em recurso extraordinário	808
19.1.2.6.	Procedimento do agravo em recurso especial ou em recurso extraordinário	809
19.1.3.	Atribuições inerentes ao regime dos recursos repetitivos	810
CAPÍTULO 20 – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA		813
20.1.	Histórico legislativo	813
20.2.	Entendimento uniforme da lei e da Constituição	818
20.3.	Finalidade dos embargos de divergência	818
20.4.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	820
20.5.	Requisitos de Admissibilidade	822
20.5.1.	Cabimento	822
20.5.1.1.	Acórdão Embargado	822
20.5.1.2.	Acórdão Paradigma	828
20.6.	Efeito suspensivo	832
20.7.	Procedimento e julgamento monocrático	832
BIBLIOGRAFIA		835